



Maio/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'TA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Após a década de 1950, as palavras que dominavam as sociedades de consumo ocidentais não eram mais as de escritores seculares, mas as marcas comerciais de produtos ou do que se podia comprar. As imagens que se tornaram ícones de tais sociedades eram as das diversões e consumo de massa: astros e latas. Não surpreende que na década de 1950, no coração da democracia de consumo, a principal escola de pintores abdicasse diante de fabricantes de imagens tão mais poderosas que a arte anacrônica. A arte pop passava o tempo reproduzindo, com tanta exatidão e insensibilidade quanto possível, os badulaques do comercialismo americano: latas de sopa, bandeiras, Marilyn Monroe.

Insignificante como arte (no sentido que o século XIX deu à palavra), essa corrente, apesar disso, reconhecia que o triunfo do mercado de massa se baseava, de modo bastante profundo, na satisfação das necessidades tanto espirituais quanto materiais dos consumidores, fato do qual as agências de publicidade há muito tinham consciência quando destinavam suas campanhas a vender não o sabonete, mas o sonho de beleza, não as latas de sopa, mas a felicidade familiar. O que se tornou cada vez mais claro foi que isso tinha o que se podia chamar de uma dimensão estética, uma criatividade de base, ocasionalmente ativa mas sobretudo passiva, que os produtores tinham de competir para oferecer. Como dizia o populismo partilhado pelo mercado, o importante não era distinguir entre bom e ruim, elaborado e simples, mas no máximo entre o que atraía mais ou menos pessoas. Isso não deixava muito espaço para o clássico conceito das artes.

(Adaptado de Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Cia. das Letras, 2006, p. 496)

1. No texto, o autor

- (A) opõe técnicas de convencimento especializadas do meio publicitário à falta de respostas adequadas por parte dos consumidores.
- (B) enaltece a criatividade que surge com o desenvolvimento da sociedade de consumo, criticando a sociedade estagnada do século XIX.
- (C) elogia a nova força de comunicação das imagens produzidas pela arte *pop*, capazes de vender sonhos e produtos a um só tempo.
- (D) analisa a produção de campanhas políticas na sociedade capitalista da segunda metade do século XX.
- (E) demonstra que a consolidação da sociedade de consumo no século XX foi acompanhada de mudanças significativas no campo da arte.

2. Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I. Os segmentos *sonho de beleza e felicidade familiar* ilustram e exemplificam as *necessidades espirituais dos consumidores* (2º parágrafo) apontadas pelo autor.
- II. Segundo o autor, as imagens de *astros*, como *Marilyn Monroe*, e as de *latas de sopa* se transformaram em símbolos das sociedades ocidentais voltadas para o entretenimento e o consumo de massa.
- III. No segmento colocado entre parênteses no início do segundo parágrafo, o autor omite a palavra *arte*, que no entanto está subentendida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. ... essa corrente, apesar disso, reconhecia que ... (2º parágrafo)

O termo grifado na frase acima poderia ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção da frase, por:

- (A) conseqüentemente.
- (B) desse modo.
- (C) no entanto.
- (D) embora.
- (E) portanto.

4. ... fato do qual as agências de publicidade há muito tinham consciência ... (2º parágrafo)

Mantendo-se a correção e a lógica, o segmento grifado na frase acima poderia ser substituído, sem que nenhuma outra alteração fosse feita, por:

- (A) estavam cientes.
- (B) estavam familiarizadas.
- (C) dominavam.
- (D) davam como certo.
- (E) reconheciam.

5. A tecnologia surgida no século XX beneficiou, em especial, os amantes da música, tornando possível ouvir música individualmente com fones de ouvido e transportar a música com facilidade por meio de aparelhos portáteis, o que transformou a música em uma diversão de fácil acesso.

Evitam-se as desnecessárias repetições da frase acima substituindo-se os elementos grifados, respectivamente, por:

- (A) a ouvir - transportar-lhe - lhe transformou
- (B) a ouvir - lhe transportar - transformou-na
- (C) ouvi-la - transportar-lhe - transformou-a
- (D) lhe ouvir - a transportar - transformou-lhe
- (E) ouvi-la - transportá-la - a transformou



Atenção: As questões de números 6 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Pergunta: Por que o senhor acha que Cem anos de solidão fez tanto sucesso?

García Marquez: Não tenho a menor ideia, sou um péssimo crítico de meus próprios trabalhos.

Pergunta: Por que acha que a fama é destrutiva para um escritor?

García Marquez: Primeiro, porque ela invade sua vida particular. Acaba com o tempo que você passa com amigos e com o tempo em que você pode trabalhar. Tende a isolar você do mundo real.

Pergunta: O senhor já pensou em fazer filme?

García Marquez: Houve uma ocasião em que desejava ser diretor de cinema. Sentia que o cinema era um meio de comunicação que não tinha limites, no qual tudo era possível. Mas há uma grande limitação no cinema pelo fato de que ele é uma arte industrial. É muito difícil expressar no cinema o que você realmente quer dizer. Entre ter uma companhia cinematográfica e um jornal, eu escolheria um jornal.

[...]

Pergunta: Ouvei falar de uma famosa entrevista com um marinheiro que havia sofrido um naufrágio.

García Marquez: Não foi com perguntas e respostas. O marinheiro apenas contou suas aventuras e eu as reescrevi, tentando usar as palavras dele, na primeira pessoa, como se fosse ele quem estivesse escrevendo. Quando o trabalho foi publicado, na forma de uma série de reportagens em um jornal, uma parte por dia, durante duas semanas, foi assinado pelo marinheiro e não por mim. Só vinte anos depois a reportagem foi publicada em livro e as pessoas descobriram que havia sido escrita por mim. Nenhum editor de texto percebeu que ela era boa, até eu escrever Cem anos de solidão.

(Adaptado de Peter M. Stone. **Os escritores, 2: as históricas entrevistas da Paris Review.** Trad. Cecília C. Bartalotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 326 e pp.340-341)

6. Nenhum editor de texto percebeu que ela era boa, até eu escrever Cem anos de solidão.

Com a afirmação acima, García Marquez

- (A) lamenta o fato de que as editoras em geral não tenham interesse em publicar as obras da juventude de um autor.
- (B) critica, de maneira geral, a tendência de editores de valorizar uma obra de acordo com a notoriedade do autor.
- (C) deixa claro o desconforto com as opiniões da crítica a respeito de suas obras, ainda que por vezes sejam favoráveis.
- (D) demonstra constrangimento em relação à publicação de uma entrevista escrita em sua juventude.
- (E) ironiza o fato de que romances sejam tidos pelo mercado editorial como superiores a bons textos jornalísticos.

7. Só vinte anos depois a reportagem foi publicada em livro e as pessoas descobriram que havia sido escrita por mim.

Considerando-se o contexto, a frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Foi vinte anos após a reportagem ser publicada em livro, quando se descobriu que eu lhe havia escrito.
- (B) Passados vinte anos de quando publicaram a reportagem em livro é que descobriram que eu a escrevi.
- (C) Há vinte anos, depois de se publicarem a reportagem em livro, foi descoberto pelas pessoas que eu é que escrevera.
- (D) Vinte anos mais tarde, publicaram a reportagem em livro e descobriu-se que eu é que a escrevera.
- (E) Apenas vinte anos depois publicaram-se a reportagem em livro, descobrindo-se que eu é que a escrevi.

8. Houve uma ocasião em que desejava ser diretor de cinema.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima se encontra em:

- (A) ... eu escolheria um jornal.
- (B) ... um meio de comunicação que não tinha limites ...
- (C) O senhor já pensou em fazer filme?
- (D) ... o tempo que você passa com amigos ...
- (E) ... a isolar você do mundo real.

9. ... e com o tempo em que você pode trabalhar.

O segmento grifado na frase acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Muitos escritores afirmam não saber lidar com a fama almejam em determinado momento de suas carreiras.
- (B) Alguns escritores menores tentam demonstrar em suas obras uma erudição não possuem de fato.
- (C) Não por coincidência, o jornalismo é uma profissão vários escritores recorrem em determinado momento de suas vidas.
- (D) O mercado cinematográfico internacional muitos roteiristas iniciantes tentam se inserir é por demais competitivo e estressante.
- (E) Dizem que o trabalho árduo e diário e uma disciplina tenaz são as principais armas um jovem escritor deve se valer.

10. Gabriel García Marquez cresceu em meio ... plantações de banana de Arataca, situada ... poucos quilômetros do vilarejo de Macondo, que ele se dedicou ... retratar na obra *Cem anos de solidão*.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) as - à - a
- (B) as - à - à
- (C) às - a - a
- (D) às - à - à
- (E) as - a - à



Atenção: As questões de números 11 a 17 referem-se ao texto abaixo.

O cangaço está nas telas de nossos maiores artistas, rendeu filmes premiados, personagens de livros clássicos, e se mantém como fonte de estudo e paixão. A riqueza do fenômeno parece sem fim. O historiador Frederico Pernambucano de Mello prova isso ao esquadrihar um aspecto original do fenômeno. Em seu livro **Estrelas de Couro – A estética do cangaço**, apresenta uma abordagem do visual do cangaceiro, adornado e caracterizado com detalhes capazes de ombreá-lo a um cavaleiro medieval europeu ou a um guerreiro samurai. Oferece ideias bem estruturadas sobre a razão das moedas de prata e ouro pregadas no chapéu, do desenho costurado na roupa e de outras minúcias.

As roupas, acessórios, calçados e armas dos cangaceiros não tinham função única. Sob a análise do historiador, esse personagem surge supersticioso. Presas a seu corpo, ele levava diferentes orações com a função de protegê-lo. Objetivo semelhante tinham os símbolos com os quais enfeitava o chapéu, como o signo de Salomão, que reunia a ideia de poder, de proteção, de devolver as ofensas.

A roupa cheia de metais, espelhos e multicores não era um traje de camuflagem, muito ao contrário. Essa característica do cangaceiro, analisa o autor, mostra o caráter arcaico do homem ligado ao sobrenatural, às coisas da vida e da morte. É um traço presente em outras manifestações de arte popular ligadas à divindade. "Os ex-votos, por exemplo, são peças que servem de pagamento à graça alcançada. A carranca do rio São Francisco, vendida em sacos de estopa para que o dono da embarcação não a visse, serve como um abre-caminhos, um protetor contra os malefícios que poderiam estar a cada dobra do rio", explica o historiador.

(Celso Calheiros, **CartaCapital**, 29 de outubro de 2010, p. 70-71, com adaptações)

11. A ideia principal do texto é:

- (A) A arte popular assim como os movimentos de bandos armados têm suas origens atreladas a um poder divino e miraculoso, sob a forma de ex-votos.
- (B) Para o estudioso do cangaço, a ingenuidade que marca as atitudes religiosas dos cangaceiros levava-os a imaginar perigos em toda parte.
- (C) Historiador atribui, entre outros, papel de proteção aos adereços utilizados pelos cangaceiros, em razão de um misticismo primitivo ligado às forças mágicas do sobrenatural.
- (D) Os cangaceiros se valiam rotineiramente do costume popular de oferecer ex-votos à divindade, como pagamento pela proteção recebida.
- (E) Bem-sucedido movimento de luta dos marginalizados pela igualdade social, o cangaço permanece vivo no imaginário popular brasileiro.

12. O historiador Frederico Pernambucano de Mello prova isso ao esquadrihar um aspecto original do fenômeno. (1º parágrafo)

Com o emprego do pronome grifado acima faz-se referência ao fato de que é possível

- (A) mostrar, a partir da análise de adereços usados pelos cangaceiros, tais como as moedas de ouro e prata que enfeitavam sua vestimenta, a riqueza de que desfrutavam.
- (B) considerar que, apesar dos reais perigos enfrentados pelos cangaceiros, eles se consideravam protegidos com o uso de símbolos místico-religiosos.
- (C) utilizar aspectos que motivaram o surgimento do cangaço como criação artística bastante diversificada, porém devidamente reconhecida e premiada.
- (D) comprovar que os cangaceiros, apesar de sua rudeza, se comportavam como cavaleiros extremamente educados e de ética irrepreensível.
- (E) descobrir novas formas de analisar o cangaço e os cangaceiros, por tratar-se de um assunto que fornece dados sempre capazes de surpreender.

13. Os ex-votos e a carranca do rio São Francisco, no último parágrafo, apontam para

- (A) a prática de pessoas que, em sua simplicidade, tentam obter favores de forças divinas para se tornarem poderosas.
- (B) o comportamento supersticioso daqueles que veem o poder divino como fonte de proteção em todos os momentos de sua vida.
- (C) as péssimas condições de vida de uma região brasileira, em determinada época, que levavam as pessoas a se valerem de dons sobrenaturais para sobreviver.
- (D) o fato de que a arte popular brasileira pode manifestar-se sob aspectos múltiplos e variados, independentes de crenças religiosas.
- (E) uma atitude contrária à lei e à moral, associada popularmente aos bandos de cangaceiros por todos aqueles que estavam expostos a seus ataques.

14. ... apresenta uma abordagem do visual do cangaceiro, adornado e caracterizado com detalhes capazes de ombreá-lo a um cavaleiro medieval europeu ou a um guerreiro samurai. (1º parágrafo)

O segmento grifado na frase acima pode ser substituído, mantendo-se o sentido e a correção, por:

- (A) visualizar o cangaceiro como.
- (B) mostrar elementos semelhantes em.
- (C) fazer sombra à aparência de.
- (D) equiparar o visual do cangaceiro ao de.
- (E) preparar o cangaceiro nas mesmas condições de.



15. *A roupa cheia de metais, espelhos e multicores não era um traje de camuflagem, muito ao contrário.* (3º parágrafo)

Considerando-se o contexto, a afirmativa acima está corretamente reproduzida com outras palavras, sem alteração do sentido original, em:

- (A) O traje do cangaceiro, coberto de metais, espelhos e múltiplas cores, não constituía um disfarce, visto que esses seriam antes elementos que o identificavam.
- (B) Em oposição ao que consta, os metais, espelhos e muitas cores compunham um traje que servia de disfarce para a fragilidade do cangaceiro.
- (C) A roupa do cangaceiro, coberta de enfeites como metais, espelhos e muitas cores, traziam elementos que lhe permitiam passar despercebido.
- (D) A roupa usada no cangaço, coberta de múltiplos enfeites, dissimulava a aparência de seus participantes, com o objetivo de protegê-la.
- (E) A dissimulação oferecida pelo traje cheio de metais, espelhos e cores conferiam poder e riqueza aos membros do grupo.

16. *As roupas, acessórios, calçados e armas dos cangaceiros não tinham função única.* (2º parágrafo)

A mesma relação existente entre o verbo e seu complemento, grifados acima, se encontra na frase:

- (A) *O cangaço está nas telas de nossos maiores artistas ...*
- (B) *A riqueza do fenômeno parece sem fim.*
- (C) *Essa característica do cangaceiro [...] mostra o caráter arcaico do homem ...*
- (D) *... peças que servem de pagamento à graça alcançada.*
- (E) *... malefícios que poderiam estar a cada dobra do rio ...*

17. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

- (A) O interesse pelos acontecimentos que envolveram os cangaceiros e seus hábitos peculiares levam sempre a novas interpretações desse fenômeno do sertão brasileiro.
- (B) A roupa com proteção de couro e o chapéu de abas viradas, que facilitavam a visão de emboscadas, traziam adereços que buscava resguardar os integrantes do bando.
- (C) Consta que os cangaceiros, num gesto de grandeza, quando pretendia invadir uma determinada fazenda, informava ao dono o dia e a hora desse ataque.
- (D) A vestimenta adotada pelos cangaceiros eram uma adaptação da roupa dos vaqueiros sertanejos, adequado ao ambiente, com o calor do dia e o frio da noite.
- (E) Para esses guerreiros surgidos com o cangaço, os elementos que compunham seu traje criavam uma espécie de blindagem contra os perigos que corriam.

18. O compositor Paulo César Pinheiro não consegue nem faz questão de explicar direito, em prosa, de onde vem sua capacidade de criação, e diz:

"A música me ama, ela me deixa fazê-la. A música é uma estrela, deitada na minha cama. Ela me chega sem jeito, quase sem eu perceber. Quando me dou conta e vou ver, ela já entrou no meu peito. No que ela entra, a alma sai, fica meu corpo sem vida. Volta depois comovida, e eu nunca soube onde vai. Meu olho dana a brilhar. Meu dedo corre o papel, e a voz repete o cordel que se derrama do olhar. Fico algum tempo perdido até me recuperar, quase sem acreditar se tudo teve sentido. A música parte e eu desperto pro mundo cruel que aí está. Com medo de ela não mais voltar. Mas ela está sempre por perto. Nada que existe é mais forte, e eu quero aprender-lhe a medida de como compõe minha vida, que é para eu compor minha morte." (Do disco *Parceria*, gravado em 1994, com João Nogueira.)

(Paulo Donizetti de Souza. Entrevista com Paulo César Pinheiro in **Revista do Brasil**, outubro de 2010, p. 33)

É correto deduzir do texto que, para o compositor,

- (A) o ato de criação é inexplicável, pois em um mundo cheio de problemas, como o da crueldade humana, não é possível imaginar a harmonia sonora de uma canção.
- (B) a inspiração musical, por tratar-se de algo que vem do nada e de forma totalmente inesperada, acaba se traduzindo na total perda da identidade de seu criador.
- (C) a percepção de uma sensibilidade voltada para a criação musical está sempre associada ao estranhamento que envolve a previsibilidade da morte.
- (D) as músicas surgem em uma espécie de transe e brotam naturalmente, sem que ele possa exercer um maior controle sobre aquilo que cria.
- (E) a criação de músicas corresponde a uma ilusão praticamente sem sentido lógico, mesclada com o sofrimento físico que vem interromper seu sono.



Atenção: As questões de números 19 e 20 referem-se ao texto abaixo.

O vento

Queria transformar o vento.

Dar ao vento uma forma concreta e apta a foto.

Eu precisava pelo menos de enxergar uma parte física do vento: uma costela, o olho ...

Mas a forma do vento me fugia que nem as formas de uma voz.

Quando se disse que o vento empurrava a canoa do índio para o barranco

Imaginei um vento pintado de urucum a empurrar a canoa do índio para o barranco.

Mas essa imagem me pareceu imprecisa ainda.

Estava quase a desistir quando me lembrei do menino montado no cavalo do vento – que lera em Shakespeare.

Imaginei as crinas soltas do vento a disparar pelos prados com o menino.

Fotografei aquele vento de crinas soltas.

(Manoel de Barros. **Ensaios fotográficos**, in **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010, p. 384-385)

19. Considere as afirmativas seguintes:

- I. Torna-se tarefa impossível obter imagens precisas de elementos da natureza, porque se manifestam de forma abstrata.
- II. A impressão estética resultante da cena do menino e do cavalo, marcada pela velocidade, permite concretizar a imagem de algo imponderável, como o vento.
- III. Somente um autor consagrado, como Shakespeare, é capaz de criar uma imagem concreta a partir de sensações de origem abstrata.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

20. Está INCORRETA a afirmativa:

- (A) O sentido original da frase *apta a foto* está reproduzido, com outras palavras, em: **passível de ser fotografada**.
- (B) No 4º verso as reticências indicam a suspensão intencional do pensamento, mas permitem supor a continuidade da enumeração das demais partes de um corpo.
- (C) A substituição correta da palavra grifada em *transformar o vento* (1º verso) e *Dar ao vento* (2º verso) pelos pronomes correspondentes deverá ser: **transformá-lo** e **Dar-lhe**.
- (D) O emprego do tempo e do modo verbais em *que lera* denota uma ação que foi realizada em um tempo anterior e equivale a **que havia lido**.
- (E) As formas verbais como **precisava**, **fugia**, **Imaginei** e **pareceu** estão flexionadas na mesma pessoa e nos mesmos tempo e modo.

Noções de Gestão Pública

21. Por administração gerencial entende-se um modelo de gestão que
- (A) privilegia a descentralização, a autonomia dos níveis gerenciais na aplicação da lei aos casos concretos e a desburocratização de toda a estrutura administrativa.
 - (B) enfatiza a aplicação rigorosa das leis contra corrupção e centralização dos processos de controle formal para garantir a eficiência do governo.
 - (C) procura alcançar resultados financeiros crescentes com base na privatização e nomeação por critérios políticos de indicação dos níveis gerenciais.
 - (D) incentiva a profissionalização do corpo operacional da administração descentralizada e a elevação horizontal dos níveis médios de remuneração dos gerentes.
 - (E) pressupõe a transferência das funções de planejamento e controle para os níveis operacionais, mas preserva o controle centralizado das funções finalísticas.
22. De acordo com a Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça, para garantir os recursos necessários à execução dos planejamentos estratégicos dos tribunais é preciso
- (A) solicitar recursos extraorçamentários ao Comitê do Plano Nacional Estratégico.
 - (B) alinhar as propostas orçamentárias dos tribunais aos objetivos definidos nos planos.
 - (C) hierarquizar prioridades por meio da definição de objetivos estratégicos de acordo com a visão do Poder Judiciário.
 - (D) concentrar os recursos orçamentários, inclusive os da folha de pagamento, na execução dos planejamentos estratégicos.
 - (E) utilizar os fundos de reserva de contingência para complementar o orçamento estratégico.
23. O Decreto-Lei nº 200/1967 baseou-se no diagnóstico de que a administração federal, na época, caracterizava-se
- (A) pela informalidade na tramitação dos processos governamentais.
 - (B) pelo excesso de nepotismo nos níveis operacionais.
 - (C) por excesso de focalização nas atividades-fim.
 - (D) por funcionar de modo excessivamente autoritário.
 - (E) por excessiva concentração de atribuições nos órgãos de cúpula.



<p>24. Uma característica específica do Plano Plurianual como instrumento de planejamento é</p> <p>(A) definir as metas quantitativas que devem ser incorporadas ao orçamento do mesmo ano.</p> <p>(B) incentivar a continuidade das metas de médio e longo prazos na administração pública.</p> <p>(C) aumentar a liberdade do Presidente da República para demitir funcionários públicos.</p> <p>(D) obrigar os governantes a aumentar seus gastos com o custeio da máquina.</p> <p>(E) reduzir a competição entre os partidos que disputam o poder no nível federal.</p>	<p>28. Com relação ao método PDCA, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. A primeira etapa do PDCA exige o estabelecimento de metas e procedimentos técnicos aptos a alcançar os resultados propostos.</p> <p>II. A fase C do ciclo PDCA exige a punição severa dos erros cometidos na fase de execução.</p> <p>III. A terceira etapa do ciclo PDCA compreende a correção dos processos que não alcançaram os resultados desejados.</p> <p>IV. A fase de execução do planejado também implica a formação e o treinamento dos funcionários para a correta realização das metas estipuladas.</p> <p>V. O ciclo PDCA visa a melhoria contínua dos processos e a normalização dos procedimentos mais eficientes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, IV e V.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I e V.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I, III, IV e V.</p>
<p>25. A criação de diversos cenários no processo de planejamento estratégico é fundamental para que a organização possa</p> <p>(A) compensar a falta de cultura cooperativa dos funcionários.</p> <p>(B) combater os efeitos sinérgicos derivados de uma visão estratégica crítica.</p> <p>(C) eliminar a indefinição quanto a sua missão secundária.</p> <p>(D) lidar com a incerteza ambiental que a envolve.</p> <p>(E) reduzir o conhecimento tácito necessário ao planejamento estratégico.</p>	<p>29. Entre as funções administrativas no processo organizacional, o controle compreende a</p> <p>(A) emissão de ordens, instruções, comunicação, motivação, liderança e coordenação.</p> <p>(B) definição de objetivos, o diagnóstico da situação e um prognóstico a partir das informações diagnosticadas.</p> <p>(C) definição de missão, visão, metas estratégicas e cenários prospectivos.</p> <p>(D) definição de padrões, avaliação do desempenho, comparação do desempenho com o padrão estabelecido e ação corretiva.</p> <p>(E) definição de metas, controle de processos, correção de procedimentos e <i>feedback</i> do processo.</p>
<p>26. No cumprimento estrito do princípio da legalidade, o agente público só pode agir</p> <p>(A) quando não houver custo elevado para a administração pública.</p> <p>(B) se tiver certeza de não ferir interesses privados.</p> <p>(C) de acordo com a consciência do cumprimento do dever.</p> <p>(D) depois de consultados seus superiores hierárquicos.</p> <p>(E) nos termos estabelecidos explicitamente pela lei.</p>	<p>30. Segundo o artigo 1º da Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, a organização de unidade administrativa para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica é obrigatória</p> <p>(A) apenas para o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) preferencialmente para os Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(C) para todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário.</p> <p>(D) exclusivamente para o Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(E) para os Tribunais Regionais Federais.</p>
<p>27. Como recurso para a implantação do planejamento estratégico, o <i>Balanced Scorecard</i></p> <p>(A) procura subordinar as missões de cada funcionário aos objetivos estratégicos dos membros da direção da organização.</p> <p>(B) foca o equilíbrio entre objetivos estratégicos pessoais e as metas gerais da organização.</p> <p>(C) implica a criação de uma série de indicadores de desempenho voltados para a realização dos objetivos estratégicos da organização.</p> <p>(D) define os objetivos táticos da organização com base na avaliação mútua de todos os funcionários, os parceiros e os clientes.</p> <p>(E) desenvolve o equilíbrio entre as habilidades e os comportamentos dos funcionários necessários a um bom clima organizacional.</p>	

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Processual do Trabalho**

31. A respeito da execução na Justiça do Trabalho, considere:

- I. O juiz ou presidente do tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, para que pague em até 30 dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora, quando se tratar de pagamento em dinheiro, incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS.
- II. Se o executado, procurado por 3 vezes no espaço de 72 horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital.
- III. O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

De acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) I e II.

32. A respeito da arrematação é correto afirmar que os bens serão vendidos pelo maior lance,

- (A) não possuindo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 10% do seu valor.
- (B) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 15% do seu valor.
- (C) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 20% do seu valor.
- (D) tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 5% do seu valor.
- (E) não possuindo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 15% do seu valor.

33. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos

- (A) dos despachos que denegarem a interposição de recursos, no prazo de dez dias.
- (B) de decisão unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que não excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho, no prazo de dez dias.
- (C) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, sempre que a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de oito dias.
- (D) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de dez dias.
- (E) das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, no prazo de oito dias.

34. Estão submetidos ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor NÃO exceda a

- (A) sessenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, estando excluídas desse procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (B) quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, estando excluídas desse procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (C) quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, sendo, inclusive, submetidas a esse procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (D) sessenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, sendo, inclusive, submetidas a esse procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (E) setenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, estando excluídas desse procedimento somente as demandas em que é parte a Administração Pública autárquica.

Noções de Direito do Trabalho

35. Observe as assertivas abaixo.

- I. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.
- II. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.
- III. Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

36. João está em seu emprego há mais de 12 meses. Na qualidade de representante de uma entidade sindical, deixou de comparecer ao trabalho por oito dias consecutivos durante o mês de agosto por ter participado de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil é membro. João terá direito a

- (A) trinta dias corridos de férias.
- (B) vinte e quatro dias corridos de férias.
- (C) dezoito dias corridos de férias.
- (D) doze dias corridos de férias.
- (E) dez dias corridos de férias.



37. Luan completa 18 anos no próximo ano e gostaria de, na data de seu aniversário, realizar uma grande viagem com seus amigos. Porém, como não possui recursos financeiros suficientes para pagá-la, resolve procurar um emprego na cidade de São Paulo. Pode-se afirmar que Luan, antes de seu aniversário,

- (A) não poderá laborar em locais e serviços perigosos ou insalubres e também não poderá realizar trabalho noturno, ou seja, aquele compreendido entre as 22 horas de um dia até às 5 horas do dia seguinte, por ser vedado o trabalho noturno, insalubre e perigoso aos menores de 18 anos.
- (B) não poderá exercer qualquer tipo de atividade laboral tendo em vista que é proibido o trabalho do menor de 18 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- (C) poderá realizar trabalho noturno, ou seja, aquele compreendido entre as 22 horas de um dia até às 5 horas do dia seguinte, tendo em vista que a legislação trabalhista proíbe o trabalho noturno apenas para trabalhadores que possuam idade inferior a 16 anos, mas não poderá realizar trabalho insalubre ou perigoso.
- (D) não poderá realizar trabalho noturno, ou seja, aquele compreendido entre as 22 horas de um dia até às 5 horas do dia seguinte, mas poderá realizar trabalho insalubre desde que utilize equipamentos de proteção individual – EPI.
- (E) poderá realizar trabalho insalubre e perigoso, desde que utilize equipamentos de proteção adequados e também laborar no período noturno, ou seja, aquele compreendido entre as 22 horas de um dia até às 5 horas do dia seguinte, desde que o local de trabalho não seja prejudicial à sua moralidade.

38. Com relação ao trabalho noturno:

- I. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 30% pelo menos, sobre a hora diurna.
- II. A hora do trabalho noturno será computada como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- III. Considera-se noturno o trabalho executado entre as vinte e uma horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39. O aviso prévio

- (A) é devido na despedida indireta e o valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.
- (B) não é devido na despedida indireta e o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio trabalhado.
- (C) é devido na despedida indireta e o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.
- (D) não é devido na despedida indireta e o valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.
- (E) não é devido despedida indireta e o valor das horas extraordinárias habituais integra apenas o aviso prévio trabalhado.

40. Pedro e Ricardo eram empregados da empresa LN por meio de um contrato de trabalho por prazo indeterminado. Os dois contratos foram rescindidos pela empregadora. Considerando que Pedro trabalhou na empresa por oito meses e seu salário era pago por hora e Ricardo trabalhou na empresa por 15 meses e laborava por tarefa ou serviço feito, é correto afirmar que Pedro

- (A) possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base duzentas horas por mês; e Ricardo não possui direito ao pagamento de indenização.
- (B) não possui direito ao pagamento de indenização; e Ricardo possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base a média do tempo costumeiramente gasto por ele para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias.
- (C) possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base duzentas e vinte horas por mês; e Ricardo possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base a média do tempo costumeiramente gasto por ele para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias.
- (D) não possui direito ao pagamento de indenização; e Ricardo possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base trinta dias.
- (E) possui direito ao pagamento de indenização e o cálculo dessa indenização terá por base trinta dias; e Ricardo não terá direito ao pagamento de indenização.

Noções de Direito Processual Civil

41. A respeito das condições da ação, considere:

- I. O interesse processual consiste na necessidade do autor vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar.
- II. O interesse do autor não pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica.
- III. Ninguém poderá pleitear, em nome do próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I e III.



42. João ajuizou ação ordinária em face de José. José foi citado através de carta precatória. Nesse caso, começa a correr o prazo para resposta do réu a data da
- (A) lavratura da certidão pelo Oficial de Justiça comunicando a citação.
 - (B) efetiva intimação do réu pelo Oficial de Justiça.
 - (C) juntada aos autos da carta precatória do mandado de citação devidamente cumprido.
 - (D) juntada aos autos principais da carta precatória devidamente cumprida.
 - (E) expiração do prazo concedido para cumprimento da carta precatória.
43. Paulo ajuizou ação de cobrança de quantia em dinheiro em face de Pedro. Pedro alegou já ter pago a dívida cobrada. Nesse caso, o ônus de provar a existência da dívida ou a ocorrência do pagamento
- (A) independe de prova.
 - (B) incumbe a Paulo.
 - (C) incumbe a Pedro.
 - (D) incumbe Pedro e a Paulo, respectivamente.
 - (E) incumbe a Paulo e a Pedro, respectivamente.
44. Quando a liquidação da sentença depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá
- (A) a prévia remessa dos autos ao contador do juízo, para elaboração do cálculo.
 - (B) a liquidação da sentença por arbitramento.
 - (C) o cumprimento da sentença, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.
 - (D) a liquidação da sentença por artigos.
 - (E) a nomeação de perito contábil, às expensas do executado, para elaboração do cálculo.
- Noções de Direito Constitucional**
45. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário,
- (A) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (B) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
 - (C) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (D) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado.
 - (E) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
46. Sobre os Tribunais Regionais do Trabalho,
- (A) compõem-se de, no máximo, seis juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Senado Federal dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos.
 - (B) instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, além dos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
 - (C) funcionarão apenas centralizadamente, sendo vedada a constituição de Câmaras regionais, com o fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo de forma igualitária para, assim, não haver disparidades entre casos de regiões distintas.
 - (D) compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos.
 - (E) compõem-se de, no máximo, seis juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta anos.
47. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização
- (A) da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
 - (B) da maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) do Conselho Nacional do Ministério Público.
48. Segundo o disposto no artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes
- (A) às emendas constitucionais.
 - (B) às leis complementares.
 - (C) às leis ordinárias.
 - (D) às leis delegadas.
 - (E) aos decretos legislativos.
49. Em relação aos indícios de despesas não autorizadas e entendendo o Tribunal de Contas da União irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá sua sustação ao
- (A) Presidente do Tribunal de Contas da União.
 - (B) Presidente da República.
 - (C) Congresso Nacional.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.



Noções de Direito Administrativo

50. Os atos de improbidade administrativa praticados contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual

- (A) estão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, com exceção da sanção patrimonial, não aplicada na espécie.
- (B) não estão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, ensejando a aplicação de sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.
- (C) estão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, ensejando a aplicação da sanção patrimonial integral, independentemente da repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) só estarão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa se forem praticados por agente público que exerça cargo efetivo e com remuneração.
- (E) estão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

51. Nos processos administrativos, na forma preconizada pela Lei nº 9.784/1999, serão observados, entre outros, os critérios de

- (A) atendimento a fins de interesse geral, com possibilidade de renúncia parcial de poderes ou competências, ainda que sem autorização legal.
- (B) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
- (C) objetividade no atendimento do interesse público, sendo possível a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- (D) adequação entre meios e fins, com possibilidade de imposição de obrigações em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- (E) proibição de cobrança, em qualquer hipótese, de despesas processuais.

52. Sobre as férias dos servidores públicos civis federais, prevista na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

- (A) O servidor fará jus a trinta dias de férias, que não podem, em qualquer hipótese, ser acumuladas com outro período.
- (B) As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da Administração Pública.
- (C) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até um dia antes do início do respectivo período, observando-se os demais preceitos estabelecidos em lei.
- (D) É facultado ao servidor público levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- (E) A indenização relativa ao período de férias do servidor exonerado será calculada com base na remuneração do mês posterior àquele em que for publicado o ato exoneratório.

53. O Jurista Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta o seguinte conceito para um dos princípios básicos da Administração Pública: *De acordo com ele, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. (...) Compreendem-se em seu âmbito, como é evidente, os chamados princípios da lealdade e boa-fé. Trata-se do princípio da*

- (A) motivação.
- (B) eficiência.
- (C) legalidade.
- (D) razoabilidade.
- (E) moralidade.

54. Considere as assertivas abaixo sobre o Regime Disciplinar dos servidores públicos civis federais, nos termos da Lei nº 8.112/1990.

- I. Ao servidor público é permitido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou companheiro.
- II. O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, ainda que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.
- III. A penalidade administrativa de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder sessenta dias.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) I e II.

55. No que concerne à modalidade de licitação concurso, é correto afirmar:

- (A) Destina-se à escolha de trabalho apenas técnico ou científico, não sendo admitido para qualquer outra natureza de trabalho.
- (B) É possível, como forma contraprestação ao vencedor do certame, remuneração a ser paga pelo Poder Público.
- (C) O edital deve ser publicado com antecedência mínima de quarenta dias.
- (D) Não é cabível, como forma de contraprestação ao vencedor do certame, a instituição de prêmios.
- (E) Apenas interessados previamente cadastrados podem participar do certame, não se admitindo a participação de quaisquer interessados.

Noções de Orçamento Público e Finanças

56. O princípio orçamentário que estabelece que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as exceções mencionadas no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, é denominado princípio da

- (A) não afetação das receitas.
- (B) unidade.
- (C) exclusividade.
- (D) legalidade.
- (E) universalidade.



57. A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve
- (A) ser compatível com o Plano Plurianual e orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
 - (B) fixar o montante de despesas de capital destinados às empresas públicas no exercício corrente.
 - (C) prever a concessão de créditos ilimitados para algumas das unidades orçamentárias julgadas mais importantes para se alcançarem as metas do Plano Plurianual.
 - (D) fixar o montante das operações de crédito que podem exceder o valor das despesas de capital.
 - (E) estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro seguinte.
-
58. Segundo a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas
- (A) nele arrecadadas e as despesas nele efetivamente liquidadas.
 - (B) previstas na lei de orçamento e as despesas nele efetivamente desembolsadas.
 - (C) nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
 - (D) previstas na lei de orçamento e as despesas nele efetivamente liquidadas.
 - (E) nele arrecadas e as despesas nele pagas após sua liquidação.
-
59. Os créditos adicionais que se destinam a prover recursos para financiar despesas para as quais não haja dotação orçamentária suficiente são denominados créditos
- (A) suplementares.
 - (B) extraordinários.
 - (C) complementares.
 - (D) específicos.
 - (E) especiais.
-
60. De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal,
- (A) os entes públicos não podem utilizar a limitação de empenho quando sua dívida pública exceder os limites para ela fixados.
 - (B) o limite para as despesas de pessoal da União é maior que os respectivos limites para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) o projeto de lei orçamentária anual conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referirem.
 - (D) a lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (E) é permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que seja aprovada pelo Senado Federal.